



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CREA-AL – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA**  
**DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO Nº. 2239259/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022**

O CREA/AL, situado à Rua Osvaldo Sarmiento, 22, Farol, Maceió/AL, CEP 57.051-510, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, modo de disputa ABERTO E FECHADO, regidos pelas Leis nºs 10.520/2002, Lei Complementar nº. 123/2006, 9.784/99, 8.666/93 e suas alterações, pelos Decretos 10.024/2019, 8.538/2015 e suas alterações.

O Pregão Eletrônico será conduzido por funcionário integrante do quadro deste Conselho, denominado(a) Pregoeiro(a), auxiliado por membros da equipe de apoio, previamente credenciados no sistema “COMPRASNET”, constante na página eletrônica [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), em cujo monitoramento e inserção de dados gerados ou transferidos, utilizarão os recursos de segurança: criptografia e autenticação.

Os participantes deste Pregão terão como referencial de tempo obrigatoriamente o horário de Brasília /DF.

## **1.0 DO OBJETO**

1.1 Aquisição de equipamentos de informática (Desktops e Estações de Trabalho conforme detalhamento contido no item 3 deste Termo de Referência) conforme abaixo:

- 10 Desktops (i5, 8gb, SSD);
- 03 Desktops tipo Estação de Trabalho (i7, 16gb, ssd + hd);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

1.2 A descrição detalhada do objeto encontra-se no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

## **2.0 DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME**

2.1 A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, de acordo com o disposto no Decreto 10.024/2019, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

LOCAL: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

DATA: Dia 05 do mês de Agosto de 2022

HORÁRIO: 10:00h - Horário de Brasília/DF

2.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data e horário marcados, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.

2.3. Nos casos de indisponibilidade de acesso do(a) Pregoeiro(a) à sala de disputa de lances, no sistema "COMPRASNET", que impeça o início da disputa até às 12:00h será aplicada a regra do subitem anterior.

## **3.0 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

3.1 Poderão participar deste pregão as empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto deste edital, credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e que atendam às condições de habilitação previstas neste edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- 3.1.1 Empresas não credenciadas no SICAF e que tiverem interesse em participar deste pregão deverão providenciar o seu credenciamento na forma da Instrução Normativa SEGES/MP nº. 3, de 26 de abril de 2018.
- 3.2 Como requisito para participação do Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.
- 3.3 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não se responsabilizando o CREA/AL por quaisquer custos, transações efetuadas pela licitante ou eventual desconexão do sistema.
- 3.4 Não poderão participar desta licitação empresas que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes situações:
- a) empresas que estejam suspensas de participar de licitação com este CREA/AL, conforme disposto no art. 87, III, da Lei nº. 8.666/93;
  - b) empresas que estejam impedidas de licitar e contratar com a União Federal, conforme disposto no art. 7º, da Lei nº. 10.520/2002 c/c art. 49, do Decreto nº. 10.024/2019;
  - c) empresas que sejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme previsto no art. 87, IV, da Lei nº. 8.666/93;
  - d) empresas com falência decretada ou em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo regramento consignado em subitens específicos abaixo;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- e) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição; e
- f) quaisquer interessados que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei nº. 8.666, de 1993.

3.4.1. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar da licitação com apresentação positiva de certidão de recuperação judicial ou extrajudicial e apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação.

3.4.2. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos neste Edital.

#### **4.0 DO CREDENCIAMENTO**

4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 9º, § 1º, do Decreto nº. 10.024/2019), sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

4.2 As licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao sistema para participarem do certame.

4.3 O credenciamento da licitante, bem como sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no SICAF.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

4.4 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.5 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CREA/AL, promotor da licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

## **5.0 DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, de acordo com o inciso III do artigo 19 do Decreto nº. 10.024/2019.

5.2. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, de acordo com o inciso IV do art. 19 do Decreto nº. 10,024/2019.

5.3. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços e documentos de habilitação que ocorrerá a partir do dia 26/07/2022, até às 9:59h do dia 05/08/2022.

5.3.1 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- 5.4 O registro da proposta no sistema “COMPRASNET” compreende o registro do valor total **global anual** da proposta em campo próprio.
- 5.5 A(s) Proposta(s) de Preços da(s) licitante(s) vencedora(s) contendo os elementos exigidos neste edital deverá ser formulada e enviada eletronicamente, através da inserção de anexo no sistema “COMPRASNET”, atualizada em conformidade com os lances eventualmente ofertados, no prazo consignado pelo(a) Pregoeiro(a) no sistema.
- 5.5.1 O prazo para a apresentação da proposta ajustada, dos documentos complementares à proposta e à habilitação (se for o caso), não poderá ser inferior a duas horas, contado da solicitação do pregoeiro(a) no sistema, nos termos do Art. 38 § 2º do Decreto 10.024/2019.
- 5.6. A(s) proposta(s) ajustada(s) deverá(ao) ser enviada (s)eletronicamente no prazo estabelecido pelo Pregoeiro sob pena de desclassificação.
- 5.7 Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 5.8 Como requisito para a participação no Pregão a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico que:
- a) cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório;
  - b) cumpre, se for o caso, os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº. 123, de 2006;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- c) inexistência de fato impeditivo à sua habilitação, bem como se obriga a declarar fato impeditivo superveniente;
- d) não utiliza indevidamente mão de obra de menores, conforme disposto no art. 27, inc. V, da Lei nº. 8.666, de 1993;
- e) declara Elaboração Independente de Proposta.

5.8.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação de regência.

## **6.0 DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

6.1 A partir do horário previsto no item 5.3 deste edital, horário limite para o envio das propostas, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura e divulgação das propostas de preços, recebidas pelo site já indicado no preâmbulo, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

6.1.1 Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, via sistema "COMPRASNET", o licitante corrobora que os seus serviços atendem a todas as especificações constantes neste edital.

6.1.1.1 Havendo divergência entre as especificações técnicas constantes neste EDITAL, seus ANEXOS e aquelas constantes no Catálogo de Serviços (CATSER) e/ou Catálogo de Materiais (CATMAT), do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG),



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

deverão prevalecer as especificações do EDITAL, com fundamento no Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório (art. 3º da Lei 8.666/93).

6.1.2 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

6.1.2.1 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

6.1.3 Classificadas as propostas, o pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.1.3.1 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

6.2. Apenas serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema pelo próprio licitante.

6.3. Caso ocorra a apresentação de dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.4 No decorrer da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

6.5 O modo de disputa do presente certame será aberto e fechado.

6.5.1 A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos. Encerrado este prazo o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances, e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção dos lances será automaticamente encerrada.

6.5.2 Encerrado o tempo aleatório citado no item acima, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.5.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.5.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.5.2 e 6.5.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.5.5. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 6.5.2 e 6.5.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que também será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 6.5.4.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

6.5.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 6.5.5.

6.6 Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.6.1 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.7 Após encerramento da etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) verificará se ocorreu empate, nos termos dos artigos 44 e 45 do Estatuto da Micro e Pequena Empresa, a Lei Complementar nº 123/2006.

6.7.1 Considerar-se-ão empatados todos os lances apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao lance mais bem classificado.

6.7.2. Não ocorrerá empate quando o melhor lance tiver sido apresentado por empresa que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.8 Ocorrendo empate nos termos do disposto no item 6.7, proceder-se-á da seguinte forma:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- a) O(A) Pregoeiro(a), verificando a existência de empresa(s) enquadrada(s) no artigo 3º da LC 123/2006, no intervalo citado no item 6.7.1, convocará, no sistema “COMPRASNET”, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para apresentação de proposta de preço inferior à primeira classificada;
- b) A convocação deverá ser atendida no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito, através do sistema eletrônico, e havendo a apresentação de preço inferior pela mesma, essa passará à condição de primeira classificada no certame, não importando a realização de nova etapa de lances;
- c) Não ocorrendo o interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma das alíneas “a” e “b” deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 6.7 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
- d) No caso de igualdade dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 6.7.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de preferência, através da apresentação de melhor oferta.

6.9 Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item 6.8 deste edital, voltará à condição de primeira classificada, a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada.

6.10 Havendo empate das propostas apresentadas, exclusivamente nos casos em que não haja o envio de lances após o início da fase competitiva, haverá a aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- 6.11 Após a identificação do licitante mais bem classificado na fase de lances, o(a) pregoeiro(a) registrará solicitação para que seja procedida a remessa da proposta ajustada na forma estatuída nos subitens 5.6 deste edital, para que este possa decidir acerca da aceitabilidade da proposta.
- 6.12 Todos os licitantes convocados deverão obedecer ao estatuído nos subitens 5.5 e 5.6, sob pena de desclassificação.
- 6.13 O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor.
- 6.14 Encerrada a etapa de aceitação da(s) proposta(s), o pregoeiro(a) verificará o atendimento das exigências habilitatórias.
- 6.15 Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, aplicando a regra do item 6.7 deste edital, se for o caso, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.
- 6.16 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital e seus anexos.
- 6.17. Somente haverá a necessidade do encaminhamento da proposta mencionada no item 5.5 através de documentos originais ou cópias autenticadas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, no prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

6.17.1 O envio da proposta e da documentação de habilitação, em original ou cópia, caso seja solicitado, deverá ser realizado em envelope lacrado, contendo no frontispício os seguintes dizeres:

Ao CREA/AL

PREGOEIRO(A)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2022 – PROCESSO Nº. 2239259/2022

6.18 A proposta de preços deverá ser formulada levando-se em consideração este Edital e seus anexos, em especial as regras contidas nos itens 5 e 6 do Termo de Referência, Anexo I do edital, e seu envio pressupõe o conhecimento e aceitação de todas as condições contidas neste edital e seus anexos.

## **7.0 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

7.1 O critério de julgamento será o legalmente previsto para licitações do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

7.1.1 No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora a licitante que, obedecidas às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, apresentar o MENOR PREÇO POR ITEM.

7.2 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) consignarem preços simbólicos, irrisórios ou tenham sido formuladas em desacordo com os requisitos estabelecidos no edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- b) sejam omissas, vagas, imprecisas ou que apresentem irregularidade capaz de dificultar o julgamento pelo pregoeiro.
- c) apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis;
- d) não atendam as demais exigências previstas no Edital.

7.3 Os erros, equívocos e omissões existentes na formulação da proposta serão de inteira responsabilidade da licitante, não lhe cabendo, em caso de classificação, e em função daqueles eximir-se da execução do objeto da presente licitação.

7.4 Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento, pelo proponente que a tiver formulado, das condições habilitatórias, observando-se as condições contidas no item 8 deste edital:

- a) com base no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e documentação complementar exigido no edital; ou
- b) no caso dos não cadastrados, da documentação exigida no edital.

7.5 Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, será(ão) declarado(s) o(s) proponente(s) vencedor(es), sendo a adjudicação do objeto definido neste edital e seus anexos efetuada pelo menor preço por lote.

7.6 Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do ato convocatório, o(a) pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital e seus anexos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- 7.7 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico, na qual serão registradas as ocorrências relevantes.
- 7.8 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.
- 7.9 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos.
- 7.10 O(A) pregoeiro(a), na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação, sob pena de desclassificação da oferta.
- 7.11 Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou ele tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 7.12 Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da lavratura do instrumento contratual, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato. Caso o convocado não possa ser contratado este procedimento será repetido, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos subitens 6.11 e 6.15.
- 7.13 Se o licitante vencedor se recusar a firmar contrato, injustificadamente, e conseqüentemente não cumprir as obrigações contraídas será aplicada a regra estabelecida no subitem anterior, além das sanções prescritas neste instrumento convocatório.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## 8.0 DA HABILITAÇÃO

8.1 A habilitação das licitantes será verificada observadas as regras contidas no item 6 do Anexo I – Termo de Referência, sendo por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos (Art. 43 do Decreto nº. 10.024/2019).

8.2 No caso dos documentos exigidos para habilitação não contemplados no SICAF, os proponentes deverão fazer o envio destes por meio do sistema eletrônico utilizado para o manejo do presente pregão eletrônico.

8.2.1.A proponente também deverá apresentar a planilha de dados para pagamento e realização de outros atos necessários, nos moldes do Anexo II do Edital;

8.2.2. Caso a proponente não apresente o quadro citado acima não acarretará a sua inabilitação, mas será realizada diligência para o atendimento desta regra.

8.3 Para comprovação da habilitação serão exigidos os documentos relacionados no item 6 do Termo de Referência – Anexo I do edital.

8.4 A documentação deverá:

a) Estar em nome da licitante;

b) Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente. Nos casos omissos, o pregoeiro considerará como prazo de validade o de 60 (sessenta) dias, contados da data de expedição do respectivo documento, exceto a Certidão a Certidão Negativa de Débitos atinente à Contribuição Previdenciária e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ambas com prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, de acordo com o art. 2º, do Decreto nº. 6.106/2007;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

c) Referir-se a apenas uma das filiais ou apenas a matriz. Tal dispositivo não é válido para a Certidão Negativa de Débitos atinente à Contribuição Previdenciária, para a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e para a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8.5 As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

8.6 Os documentos de habilitação exigidos acima deverão ser enviados eletronicamente, através da inserção de anexo no sistema "COMPRASGOVERNAMENTAIS", no prazo fixado pelo Pregoeiro, a contar da convocação.

8.6.1. Somente haverá a necessidade do encaminhamento da documentação de habilitação através dos documentos originais ou cópias autenticadas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, no prazo consignado pelo pregoeiro em sessão pública.

8.6.2. Os documentos deverão ser entregues ao CREA/AL na forma definida no item 6.17.1.

8.7 Os documentos de regularidade fiscal e trabalhista exigidos terão sua validade verificada, via internet, no momento da fase de habilitação, ficando estabelecido que havendo discordância entre o documento apresentado e a verificação na internet, prevalecerá a segunda, observado o disciplinamento constante no item 8.8.

8.8 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for convocado pelo pregoeiro para o saneamento da documentação apresentada com restrições, prorrogáveis por igual período a critério do CREA/AL.

8.9 A não regularização da documentação fiscal, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao CREA/AL convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.10 A prerrogativa regulamentada no item 8.8 não desobriga as microempresas e/ou empresas de pequeno porte da apresentação dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, os quais deverão ser apresentados mesmo que com restrições, sob pena de inabilitação.

8.11. Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União, constante do Acórdão nº. 1.793/2011-Plenário, como condição habilitatória, serão realizadas as seguintes consultas:

8.11.1. Aos registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU (Portal da Transparência – [www.transparencia.gov.br](http://www.transparencia.gov.br));

8.11.2. Aos registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis Por Ato de Improbidade Administrativa (Portal do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)).

8.11.3 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)):

8.11.3.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.11.3.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

## **9.0 DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS**

9.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada como limite para apresentação das propostas, fixada no item 5.3, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

9.1.1. A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no art. 24 do decreto nº. 10.024/2019.

9.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

9.1.3. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada como limite para apresentação das propostas, item 5.3, exclusivamente por meio eletrônico via internet, para o seguinte e-mail: [cpl@crea-al.org.br](mailto:cpl@crea-al.org.br) (Pregoeiro), de acordo com o art. 23 do Decreto nº. 10.024/2019.

9.2. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará a plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

9.3. Dos atos do(a) pregoeiro(a) neste processo licitatório cabe recurso, a ser interposto no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões e contrarrazões. Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

contrarrrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, nos formulários próprios, conforme Decreto 10.024/2019, art. 44

9.4. O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

9.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. Após apreciação do recurso o(a) pregoeiro(a) submetê-lo-á, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da adjudicação e homologação do procedimento.

9.7. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no CREA/AL.

## **10.0 DA ADJUDICAÇÃO**

10.1 A adjudicação, em favor da licitante vencedora, será feita pelo(a) pregoeiro(a) no final da sessão e registrada em ata, após recebidos os envelopes contendo a documentação e a nova proposta adequada ao valor dos lances ofertados. Em caso de recurso, a adjudicação será procedida pela autoridade mencionada no item 11 deste edital.

10.2 Após a adjudicação realizada pelo Pregoeiro, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente, para fins de homologação.

## **11.0 DA HOMOLOGAÇÃO**

11.1 A homologação da adjudicação do objeto ao licitante vencedor, nesta licitação, será feita pelo Presidente do Crea/AL, ou quem o estiver substituindo em caso de ausência, após recebimento do processo concluído pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

## **12.0 DA DESPESA**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

12.1 As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários disponibilizados para este CREA na conta contábil:

- a. 6.2.2.1.1.02.01.03.002 - Máquinas e Equipamentos;
- b. 6.2.2.1.1.02.01.03.006 - Equipamentos de Processamento de Dados.

### **13.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1 A contratada deverá cumprir todos os requisitos deste edital e seus anexos em especial os contidos nos itens 3 e 8 do Termo de Referência – Anexo I.

### **14.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

14.1 De acordo com o item 9 do Termo de Referência – Anexo I.

### **15.0 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

15.1 De acordo com o item 10 do Termo de Referência – Anexo I.

### **16.0 DA REAJUSTE**

16.1 Os preços contratados não poderão ser reajustados e/ou repactuados conforme as regras estabelecidas no item 14 do Termo de Referência – Anexo I.

### **17.0 DO PAGAMENTO**

17.1 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante a apresentação de Nota Fiscal, observadas as condições estatuídas no item 12 do Termo de Referência – Anexo I.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

17.2 O pagamento do presente contrato estará condicionado ao fiel cumprimento das exigências contidas no item 11 do Termo de Referência – Anexo I.

## 18.0 DO CONTRATO

18.1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

18.3. Antes da assinatura do Contrato, a contratante realizará consulta “on line” ao SICAF, cujo resultado será anexado aos autos do processo.

18.4. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

18.5. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.6. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão superar o limite legal de 25%.

18.7. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

18.8. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

18.9. Durante a vigência do contrato, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, e por seus auxiliares, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.

## **19.0 DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

19.1 De acordo com o item 13 do Termo de Referência – Anexo I.

## **20.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1 Na eventual ocorrência de inadimplemento contratual aplicar-se-á as penalidades na forma estatuída no item 15 do Termo de Referência –Anexo I deste edital.

## **21.0 GENERALIDADES**

21.1 O CNPJ do CREA/AL 12.156.592/0001-14.

21.2 A licitação objeto deste edital poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.

21.3 Ao contrato poderá ser acrescido ou diminuído o objeto da prestação dos serviços dentro dos limites estabelecidos na lei nº. 8.666/93.

## **22.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1 A participação nesta licitação implica a plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

22.2 O CREA/AL se reserva o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista razões de interesse público, por motivo de fato superveniente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, nos termos do art. 50 do Decreto nº. 10.024/2019.

22.3 A(s) licitante(s) fica obrigado a manter, durante a vigência do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

22.4 Os interessados em adquirir ou obter esclarecimentos sobre este edital serão atendidos no horário de 08:00hs às 16:00hs, de segunda a sexta-feira, na sede do Crea/AL, situada na Rua Osvaldo Sarmiento, 22, Farol, Maceió-Alagoas, nesta capital ou através do telefones (082) 2123-0871 ou 2123 0868, ou através do e-mail: [cpl@crea-al.org.br](mailto:cpl@crea-al.org.br) (CPL).

22.5 Os casos omissos neste aviso serão resolvidos pelo pregoeiro, de acordo com o que reza a Lei 10.520/2002, o Decreto 10.024/2019.e, subsidiariamente, as Leis 8.666/93, 9.784/99 e suas alterações.

22.6 É competente o foro do Juízo Federal da Seção Judiciária em Alagoas para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

22.7 Nesta data passa a constar o mesmo informativo deste edital no site oficial deste Regional: [www.crea-al.org.br](http://www.crea-al.org.br).

22.8 Integram este edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços

Anexo III - Minuta de contrato.

Maceió, 25 de Julho de 2022.

Rosa Maria Barros Tenório

**Presidente do Crea-AL**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2239259/2022

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO:

Aquisição de equipamentos de informática (Desktops e Estações de Trabalho conforme detalhamento contido no item 3 deste Termo de Referência) conforme abaixo:

- 10 Desktops (i5, 8gb, SSD);
- 03 Desktops tipo estação de trabalho (i7, 16gb, ssd + hd);

#### 2. JUSTIFICATIVA

Com a criação da Lei Geral de proteção de Dados, empresas públicas e privadas necessitam se adequar a uma série de requisitos no que concerne a segurança da informação, legislação e recurso humanos.

É inquestionável a relevância dos serviços de TI para o bom desempenho das atividades do Crea-AL. A eventual indisponibilidade desses serviços causa impactos severos aos trabalhos, sejam eles finalísticos ou de apoio, podendo até mesmo impedir ou dificultar as ações institucionais.

O Crea-AL possui diariamente acessando algum recurso de rede cerca de 200 dispositivos que incluem estações de rede, servidores, equipamentos móveis de conselheiros, profissionais e servidores.

Desta forma, o objeto volta-se à atualização de parte dos computadores que utilizam a rede do CREA, de forma a melhorar a confiabilidade dos equipamentos utilizados. A aquisição em foco,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

será utilizada para renovação de equipamentos adquiridos nos anos 2013 e 2014 e que chegaram ao final do período garantia não sendo mais possível a substituição de peças e serviço especializado de manutenção.

Justifica-se, portanto a aquisição dos equipamentos com a intenção de aumentar a segurança dos ativos de TI e continuar a oferecer um serviço eficiente aos usuários do CREA – AL.

### 3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

A presente contratação será dividida em itens conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTD
1	Desktop	10
2	Desktop Tipo Estação de trabalho	3

#### 3.1 – Descrição detalhada dos itens

##### 3.1.1 - ITEM 1

##### DESKTOP (Para uso Administrativo):

Características mínimas obrigatórias:

##### A. PROCESSADOR:

- i. Com pontuação CPU MARK no “PassMark Software” de 9350 (nove mil e trezentos e cinquenta) ou superior.
- ii. Com no mínimo 6 (seis) núcleos reais.
- iii. Com clock interno de 3,0 GHz por núcleo, sem o uso de turbo ou tecnologias de overclock.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- iv. Com memória cache total de 8 (oito) MB.
- v. Capacidade de processamento a 32 (trinta e dois) e 64 (sessenta e quatro) bits.
- vi. Capacidade de gerenciar até 64 (sessenta e quatro) Giga bytes de memória RAM DDR4 ou superior. Frequência de 2.666 MHz em Dual Channel.
- vii. TDP máximo 75 (setenta e cinco) Watts.
- viii. Com disponibilidade de instruções padrão SSE3 ou superior.
- ix. Com disponibilidade de instruções que implementem extensões de virtualização de CPU.
- x. O processador ofertado deve estar atualmente em linha de produção e não podem ter atingido End-of-Life. Deverá ser apresentada comprovação através do site do fabricante ou declaração do fabricante.

## **B. PLACA MÃE**

- i. Com no mínimo 6 (seis) portas USB, sendo no mínimo 4 (quatro) USB tipo 3.1, com no mínimo 2 (duas) USB na parte frontal e 2 (duas) na parte traseira. 1 (uma) porta USB tipo C será aceita como substituta ao tipo 3.1.
- ii. Com 1 (um) canal SATA III (6 GB/s).
- iii. Com 1 (um) canal SATA II ou superior (3 GB/s).
- iv. Com suporte para no mínimo 1 (um) par de pentes de memória tipo DDR4 ou superior a 2.666 MHz em Dual Channel.
- v. Com 1 (Uma) interface de rede padrão Ethernet 10/100/1000BaseT.
- vi. Com 1 (Um) slot PCI Express x16 Gen 3 (PCIEX16) e mais 1 (um) slot PCI Express Gen3 x4 ou PCI Express Gen3 x1.
- vii. Com 1 (um) slot M.2 para rede sem fio.
- viii. Com 1 (um) slot M.2 para unidade de armazenamernnto.
- ix. Com controlador de som com no mínimo 2 (dois) canais e entrada para microfone.
- x. Com suporte a ACPI (Advanced Configuration and Power Interface).
- xi. Com controle automático de rotação do ventilador do processador (CPU).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- xii. A placa-mãe deve possuir Chip de segurança TPM versão 2.0 (Trusted Platform Module) integrado, acompanhado de drivers e software para utilização do chip com o sistema operacional exigido.

### **C. BIOS (SISTEMA BÁSICO DE ENTRADA E SAÍDA)**

- i. Tipo flash EPROM, atualizável por software.
- ii. Com suporte a ACPI (Advanced Configuration and Power Interface).
- iii. Com número de série registrado na BIOS, que deve permitir sua consulta por programas de inventário de software e hardware.
- iv. Com campo editável para gravação de informação como, por exemplo, número de patrimônio do equipamento.
- v. O Fabricante do equipamento deve possuir livre direito de edição sobre a BIOS, garantindo assim segurança, adaptabilidade e manutenibilidade.

### **D. MEMÓRIA RAM**

- i. No caso de placa-mãe com mais de 2 (dois) slots, 2 (dois) pentes de 4 (quatro) Giga Bytes instalados, totalizando 8 (oito) Giga bytes. No caso de placa-mãe com 2 (slots), 1 pente de 8 (oito) Giga bytes instalado.
- ii. Tipo DDR4 ou superior, com clock mínimo de 2.666 MHz.

### **E. GABINETE**

- i. Com volume mínimo de 6 (seis) litros e volume máximo de 15 (quinze) litros.
- ii. Com um mínimo de 2 (duas) portas USB frontais.
- iii. Com possibilidade de instalação tanto na vertical quanto na horizontal. A estrutura das tampas deve ser capaz de suportar um monitor com 4,5 kg sem apresentar danos de alinhamento.
- iv. Com suporte à utilização de trava de segurança tipo Kensington.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- v. Com fonte de alimentação instalada internamente.
- vi. Com entrada para microfone e saída para fones de ouvido na parte frontal. Podendo ser do tipo COMBO.
- vii. Com características tool less (abertura e retirada de disco rígido ou do suporte aonde se encontra preso o disco rígido e memórias sem utilização de ferramentas), podendo utilizar parafusos recartilhados na tampa do gabinete.

#### **F. ÁUDIO**

- i. Auto-falante(s) Interno(s) e integrado(s) ao gabinete.
- ii. Com capacidade de sinalização de mensagens relativas ao diagnósticos de problemas e funcionamento do computador.
- iii. Com entrada para microfone e saída para fones de ouvido na parte frontal do equipamento, ativas e funcionais, podendo utilizar entrada e saída tipo COMBO.

#### **G. UNIDADES DE ARMAZENAMENTO**

- i. 1 (uma) unidade de disco sólido interna e instalada, com capacidade de armazenamento de 256 (duzentos e cinquenta e seis) Giga bytes, tipo M.2 2280 PCIe NVMe.

#### **H. CONTROLADOR DE VÍDEO**

- i. Com frequência básica de 350 MHz e frequência dinâmica de 1.10 GHz.
- ii. Com capacidade de alocação de memória de no mínimo 1 (um) Giga bytes de memória dedicada ou compartilhada para vídeo.
- iii. Com capacidade de gerenciar até 64 (sessenta e quatro) Giga bytes de memória.
- iv. Com suporte a resolução 4K @60 Hz.
- v. Com suporte ao Microsoft DirectX 12.
- vi. Com suporte ao OpenGL 4.5.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- vii. Com 1 (uma) saída de vídeo HDMI com resolução de até 2560 x 1600 @24 Hz ou Display Port com resolução de 4096 x 2300 @60 Hz mais 1 (uma) saída de vídeo HDMI ou VGA com resolução de até 1920 x 1080 @60 Hz.
- viii. Com suporte a 2 (dois) monitores simultâneos.

## **I. FONTE DE ALIMENTAÇÃO**

- i. Com potência máxima de 260 (duzentos e sessenta) Watts reais, potência que deve ser suficiente para atender à configuração máxima admitida pelo equipamento, inclusive placa de vídeo de alto desempenho e mais um disco SATA III.
- ii. Com circuitos de proteção contra sobrecarga, sobretensão, sobrecorrente e curto-circuito.
- iii. Com eficiência mínima de 92% quando submetida a carga de trabalho de 50%.
- iv. Com Certificado PLATINUM de eficiência, comprovada através do site "80plus.org".
- v. Com PFC Ativo.
- vi. Com alimentação na faixa de 100 - 240V Com mudança automática de tensão de entrada.

## **J. MOUSE**

- i. 1 (um) acessório, tipo óptico, com resolução de no mínimo 800 (oitocentos) dpi.
- ii. Com conector do tipo USB (não serão aceitos adaptadores).
- iii. Com cabo de comprimento mínimo de 1,20 m.
- iv. Acessório deve ser do mesmo fabricante do Desktop e na cor predominante do gabinete.

## **K. TECLADO**

- i. 1 (um) acessório, com no mínimo 104 (cento e quatro) teclas e padrão ABNT-2.
- ii. Com conector do tipo USB (não serão aceitos adaptadores).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- iii. Com luzes indicadoras de funcionamento das teclas "Caps Lock" (letras maiúsculas) e "Num Lock"(teclado numérico).
- iv. Com regulagem de altura e inclinação.
- v. Com cabo de 1,80 m.
- vi. Acessório deve ser do mesmo fabricante do Desktop e na cor predominante do gabinete.

#### L. SISTEMA OPERACIONAL

- i. Windows 10 PRO (Professional), 64 bits, idioma Português do Brasil (Pt\_br), pré-instalado, com licença perpétua.
- ii. O equipamento deve ter compatibilidade com o sistema operacional Windows 10 64 bits, comprovada pela presença no "Windows Catalog" ou por certificado emitido pela Microsoft para o fabricante.
- iii. Deve ser fornecida uma solução de restauração do sistema operacional. Serão aceitas: mídia de instalação do sistema operacional ou sistema de restauração em partição oculta no sistema operacional ou outra solução de restauração sistema operacional
- iv. claramente identificada.

#### M. CERTIFICAÇÕES E DECLARAÇÕES

- i. O equipamento deverá constar, claramente identificado, no site [www.epeat.net](http://www.epeat.net) na categoria "BRONZE" ou superior.
- ii. O equipamento deverá possuir certificação de consumo eficiente de energia EnergyStar 5.0 ou equivalente.
- iii. O equipamento deverá possuir certificação de segurança de equipamentos de informática IEC 60950 ou UL ou equivalente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- iv. O equipamento deverá possuir certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova, que ateste que os equipamentos não contêm substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances) ou equivalente.
- v. O equipamento deverá possuir certificação de conformidade eletromagnética ISO/IEC 61000 ou equivalente.
- vi. O equipamento deverá possuir certificação de radioperturbação CISPR 22 Classe B ou FCC classe B ou equivalente.
- vii. Declaração, fornecida pelo fabricante, que atesta que o equipamento faz parte da linha Corporativa do mesmo.
- viii. O fornecedor deve comprovar a adequação do processador ofertado às exigências de desempenho, através da impressão da página do sítio eletrônico "[http://www.cpubenchmark.net/cpu\\_list.php](http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php)", onde conste a pontuação atual do mesmo, com o cabeçalho indicando no mínimo a data e o endereço (link da página). A data da impressão deve estar entre o dia da publicação do Edital e o momento de entrega da documentação. Essa data poderá ser prorrogada a critério exclusivo do pregoeiro(o), quando este julgar necessário.
- ix. O fornecedor deve entregar declaração informando marca e modelo dos componentes utilizados na solução e apresentar prospecto com as características técnicas do equipamento e componentes, como placa mãe, processador, memória, interface de rede, fonte de alimentação, dispositivos de armazenamento, mouse e teclado. Essa documentação deve identificar configurações cotadas, expansões e upgrades, comprovando-os através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas as chancelas (part number) utilizadas pelo fabricante desde que suas características estejam claramente identificadas e possibilitem a verificação de sua adequação à especificação pedida. Serão aceitas cópias



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

das especificações obtidas no site do fabricante na Internet juntamente com o endereço do site.

## **N. GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO**

- i. O equipamento proposto deverá possuir garantia do fabricante para reposição de peças, mão de obra, atendimento no local e abranger o sistema operacional. Deverá ser comprovado na proposta, por meio de declaração do fornecedor.
- ii. O período de vigência da garantia é de 48 (quarenta e oito) meses para todo o equipamento.
- iii. Os equipamentos discriminados terão garantia prestada pela contratada sob sua total responsabilidade, a qual deverá observar o prazo de garantia indicado na proposta, que será contado a partir da data do recebimento definitivo dos equipamentos.
- iv. O prazo máximo para o "primeiro atendimento presencial" será de no máximo 48 (horas) considerando apenas os dias úteis. O início do prazo será a partir do horário de solicitação do pedido de suporte técnico pela contratante.
- v. O prazo máximo para a "solução completa dos problemas" referentes a troca de peças defeituosas ou troca total do equipamento será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, inclusos feriados e fins de semana. O início do prazo será a partir do horário de solicitação do pedido de suporte técnico pela contratante.
- vi. O fabricante do equipamento deverá dispor de um número telefônico gratuito e de serviço próprio (via web) de suporte técnico e abertura de chamados de garantia durante todo o período vigente da mesma.
- vii. No período de garantia, a assistência técnica deverá ser prestada no local de instalação do equipamento ou na oficina técnica da contratada ou credenciada, quando o conserto assim exigir. Nessa última hipótese, o transporte dos bens e custos relacionados será de responsabilidade e ônus do fornecedor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- viii. O fornecedor do(s) equipamento(s) deverá informar, na proposta, os postos de assistência técnica credenciados e autorizados a prestar o serviço de garantia no local de aquisição do equipamento.
- ix. Todos os drivers dos componentes do equipamento para os sistemas operacionais suportados devem estar disponíveis para download no sítio do fornecedor do equipamento durante todo o período de garantia.
- x. As equipes técnicas de TI da contratante terão permissão de abrir o equipamento e substituir ou expandir a capacidade de componentes internos, como memória, disco rígido, processador etc., sem a perda da garantia dos demais componentes. A garantia se aplicará somente aos itens da especificação original e por troca em decorrência de garantia em vigência. Os componentes substituídos no equipamento por parte da equipe técnica da contratante não serão cobertos pela garantia.

### 3.1.2 - ITEM 2

#### **ESTAÇÃO DE TRABALHO DESKTOP (Para uso da Comunicação):**

Características mínimas obrigatórias

#### **A) PROCESSADOR**

- i. Com pontuação CPU MARK no "PassMark Software" de 13.400 (treze mil e quatrocentos) ou superior.
- ii. Com no mínimo 8 (oito) núcleos reais.
- iii. Com clock interno de 3,0 GHz por núcleo, sem o uso de turbo ou tecnologias de overclock.
- iv. Com memória cache total de 12 (doze) MB.
- v. Com capacidade de processamento a 32 (trinta e dois) e 64 (sessenta e quatro) bits.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- vi. Capacidade de gerenciar até 64 (sessenta e quatro) Giga bytes de memória RAM DDR4 ou superior.
- vii. Frequência de 2.666 MHz em Dual Channel.
- viii. Com TDP máximo 65 (sessenta e cinco) Watts.
- ix. Com disponibilidade de instruções padrão SSE4 ou superior.
- x. Com disponibilidade de instruções que implementem extensões de virtualização de CPU.
- xi. O processador ofertado deve estar atualmente em linha de produção e não podem ter atingido End-of-Life.
- xii. Deverá ser apresentada comprovação através do site do fabricante ou declaração do fabricante.

## **B) PLACA MÃE**

- i. Com no mínimo 6 (seis) portas USB, sendo no mínimo 4 (quatro) USB tipo 3.1, com no mínimo 2 (duas)
- ii. USB na parte frontal e 2 (duas) na parte traseira. 1 (uma) porta USB tipo C será aceita como substituta ao tipo 3.1.
- iii. Com 1 (um) canal SATA III (6 GB/s).
- iv. Com 1 (um) canal SATA II ou superior (3 GB/s).
- v. Com suporte para no mínimo 1 (um) par de pentes de memória tipo DDR4 ou superior a 2.666 MHz em
- vi. Dual Channel.
- vii. Com 1 (Uma) interface de rede padrão Ethernet 10/100/1000BaseT.
- viii. Com 1 (Um) slot PCI Express x16 Gen 3 (PCIEX16) e mais 1 (um) slot PCI Express Gen3 x4 ou PCI Express Gen3 x1.
- ix. Com 1 (um) slot M.2 para rede sem fio.
- x. Com 1 (um) slot M.2 para unidade de armazenamerto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- xi. Com controlador de som com no mínimo 2 (dois) canais e entrada para microfone.
- xii. Com suporte a ACPI (Advanced Configuration and Power Interface).
- xiii. Com controle automático de rotação do ventilador do processador (CPU);
- xiv. A placa-mãe deve possuir Chip de segurança TPM versão 2.0 (Trusted Platform Module) integrado, acompanhado de drivers e software para utilização do chip com o sistema operacional exigido.

#### **C) BIOS (Sistema Básico de Entrada e Saída):**

- i. Tipo flash EPROM, atualizável por software.
- ii. Com suporte a ACPI (Advanced Configuration and Power Interface).
- iii. Com número de série registrado na BIOS, que deve permitir sua consulta por programas de inventário de software e hardware.
- iv. Com campo editável para gravação de informação como, por exemplo, número de patrimônio do equipamento.
- v. O Fabricante do equipamento deve possuir livre direito de edição sobre A BIOS, garantindo assim segurança, adaptabilidade e manutenibilidade.

#### **D) Memória RAM:**

- i. No caso de placa-mãe com mais de 2 (dois) slots, 2 (dois) pentes de 8 (oito) Giga Bytes instalados, totalizando 16 (dezesseis) Giga bytes. No caso de placa-mãe com 2 (slots), 1 pente de 16 (dezesseis) Giga bytes instalado.
- ii. Tipo DDR4 ou superior, com clock mínimo de 2.666 MHz.

#### **E) GABINETE**

- i. Com volume mínimo de 6 (seis) litros e volume máximo de 15 (quinze) litros.
- ii. Com um mínimo de 2 (duas) portas USB frontais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- iii. Com possibilidade de instalação tanto na vertical quanto na horizontal. A estrutura das tampas deve ser capaz de suportar um monitor com 4,5 kg sem apresentar danos de alinhamento.
- iv. Com suporte à utilização de trava de segurança tipo Kensington.
- v. Com fonte de alimentação instalada internamente.
- vi. Com entrada para microfone e saída para fones de ouvido na parte frontal, Podendo ser do tipo COMBO.
- vii. Com características tool less (abertura e retirada de disco rígido ou do Suporte aonde se encontra preso o disco rígido e memórias sem utilização de ferramentas), podendo utilizar parafusos recartilhados na tampa do gabinete.

#### **F) ÁUDIO**

- i. Auto-falante(s) Interno(s) e integrado(s) ao gabinete.
- ii. Com capacidade de sinalização de mensagens relativas ao diagnósticos de problemas e funcionamento do computador.
- iii. Com entrada para microfone e saída para fones de ouvido na parte frontal do equipamento, ativas e funcionais, podendo utilizar entrada e saída tipo COMBO.
- iv. Com características tool less (abertura e retirada de disco rígido ou do suporte aonde se encontra preso o disco rígido e memórias sem utilização de ferramentas), podendo utilizar parafusos recartilhados na tampa do gabinete.

#### **G) UNIDADES DE ARMAZENAMENTO**

- i. 1 (uma) unidade de disco sólido interna e instalada, com capacidade de armazenamento de 256 (duzentos e cinquenta e seis) Giga bytes, tipo M.2 2280 PCIe NVMe.
- ii. 1 (uma) unidade de disco rígido interna e instalada, com capacidade de armazenamento de 1 (um) Tera bytes, tipo Serial ATA III (6 GB/s), buffer de 16 (dezesesseis) MB ou superior e velocidade de rotação de 7.200 rpm.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## H) CONTROLADOR DE VÍDEO

- i. Com frequência básica de 350 MHz e frequência dinâmica de 1.20 GHz.
- ii. Com capacidade de alocação de memória de no mínimo 1 (um) Giga bytes de memória dedicada ou compartilhada para vídeo.
- iii. Com capacidade de gerenciar até 64 (sessenta e quatro) Giga bytes de memória.
- iv. Com suporte a resolução 4K @60 Hz.
- v. Com suporte ao Microsoft DirectX 12.
- vi. Com suporte ao OpenGL 4.5.
- vii. Com 1 (uma) saída de vídeo Display Port com resolução de até 4096 x 2304 @60 Hz, mais 1 (uma) saída
- viii. HDMI com resolução de até 4096x2304 @24Hz ou 1 (uma) saída de vídeo Display Port com resolução de até 4096 x 2300 @60 Hz ou VGA com resolução de até 1920 x 1080 @60 Hz.
- ix. Com suporte mínimo para 2 (dois) monitores simultâneos.

## I) FONTE DE ALIMENTAÇÃO

- i. Com potência máxima de 260 (duzentos e sessenta) Wats reais, potência que deve ser suficiente para atender à configuração máxima admitida pelo equipamento, inclusive placa de vídeo de alto desempenho e mais um disco SATA semelhante as características especificadas no item 3.7.2 em Unidades de Armazenamento.
- ii. Com circuitos de proteção contra sobrecarga, sobretensão, sobrecorrente e curto-circuito.
- iii. Com eficiência mínima de 92% quando submetida a carga de trabalho de 50%, Com Certificado PLATINUM de eficiência, comprovada através do site "80plus.org"
- iv. Com PFC Ativo.
- v. Com alimentação na faixa de 100 - 240V Com mudança automática de tensão de entrada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

#### **J) MOUSE**

- i. 1 (um) acessório, tipo óptico, com resolução de no mínimo 1000 (mil) dpi.
- ii. Com conector do tipo USB (não serão aceitos adaptadores).
- iii. Com cabo de 1,20 m.
- iv. Acessório deve ser do mesmo fabricante do Desktop e na cor predominante do gabinete.

#### **K) TECLADO**

- i. 1 (um) acessório, com no mínimo 104 (cento e quatro) teclas e padrão ABNT-2.
- ii. Com conector do tipo USB (não serão aceitos adaptadores).
- iii. Com luzes indicadoras de funcionamento das teclas "Caps Lock" (letras maiúsculas) e "Num Lock" (teclado numérico).
- iv. Com regulagem de altura e inclinação.
- v. Com cabo de 1,80 m.
- vi. Acessório deve ser do mesmo fabricante do Desktop e na cor predominante do gabinete.

#### **L) SISTEMA OPERACIONAL**

- i. Windows 10 PRO (Professional), 64 bits, idioma Português do Brasil (Pt\_br), pré-instalado, com licença perpétua.
- ii. O equipamento deve ter compatibilidade com o sistema operacional Windows 10 64 bits, comprovada pela presença no "Windows Catalog" ou por certificado emitido pela Microsoft para o fabricante.
- iii. Deve ser fornecida uma solução de restauração do sistema operacional. Serão aceitas: mídia de instalação do sistema operacional ou sistema de restauração em partição oculta no sistema operacional ou outra solução de restauração sistema operacional claramente identificada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## M. CERTIFICAÇÕES E DECLARAÇÕES

- i. O equipamento deverá constar, claramente identificado, no site [www.epeat.net](http://www.epeat.net) na categoria "BRONZE" ou superior.
- ii. O equipamento deverá possuir certificação de consumo eficiente de energia EnergyStar 5.0 ou equivalente.
- iii. O equipamento deverá possuir certificação de segurança de equipamentos de informática IEC 60950 ou UL ou equivalente.
- iv. O equipamento deverá possuir certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova, que ateste que os equipamentos não contêm substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances) ou equivalente.
- v. O equipamento deverá possuir certificação de conformidade eletromagnética ISO/IEC 61000 ou equivalente.
- vi. O equipamento deverá possuir certificação de radioperturbação CISPR 22 Classe B ou FCC classe B ou equivalente.
- vii. Declaração, fornecida pelo fabricante, que atesta que o equipamento faz parte da linha Corporativa do mesmo.
- viii. O fornecedor deve comprovar a adequação do processador ofertado às exigências de desempenho, através da impressão da página do sítio eletrônico "[http://www.cpubenchmark.net/cpu\\_list.php](http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php)", onde conste a pontuação atual do mesmo, com o cabeçalho indicando no mínimo a data e o endereço (link da página). A data da impressão deve estar entre o dia da publicação do Edital e o momento de entrega da documentação. Essa data poderá ser prorrogada a critério exclusivo do pregoeiro(o), quando este julgar necessário.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- ix. O fornecedor deve entregar declaração informando marca e modelo dos componentes utilizados na solução e apresentar prospecto com as características técnicas do equipamento e componentes, como placa mãe, processador, memória, interface de rede, fonte de alimentação, dispositivos de armazenamento, mouse e teclado. Essa documentação deve identificar configurações cotadas, expansões e upgrades, comprovando-os através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas as chancelas (part number) utilizadas pelo fabricante desde que suas características estejam claramente identificadas e possibilitem a verificação de sua adequação à especificação pedida. Serão aceitas cópias das especificações obtidas no site do fabricante na Internet juntamente com o endereço do site.

## **N. GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO**

- i. O equipamento proposto deverá possuir garantia do fabricante para reposição de peças, mão de obra, atendimento no local e abranger o sistema operacional. Deverá ser comprovado na proposta, por meio de declaração do fornecedor.
- ii. O período de vigência da garantia é de 48 (quarenta e oito) meses para todo o equipamento.
- iii. Os equipamentos discriminados terão garantia prestada pela contratada sob sua total responsabilidade, a qual deverá observar o prazo de garantia indicado na proposta, que será contado a partir da data do recebimento definitivo dos equipamentos.
- iv. O prazo máximo para o "primeiro atendimento presencial" será de no máximo 48 (horas) considerando apenas os dias úteis. O início do prazo será a partir do horário de solicitação do pedido de suporte técnico pela contratante.
- v. O prazo máximo para a "solução completa dos problemas" referentes a troca de peças defeituosas ou troca total do equipamento será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, inclusos feriados e fins de semana. O início do prazo será a partir do horário de solicitação do pedido de suporte técnico pela contratante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- vi. O fabricante do equipamento deverá dispor de um número telefônico gratuito e de serviço próprio (via web) de suporte técnico e abertura de chamados de garantia durante todo o período vigente da mesma.
- vii. No período de garantia, a assistência técnica deverá ser prestada no local de instalação do equipamento ou na oficina técnica da contratada ou credenciada, quando o conserto assim exigir. Nessa última hipótese, o transporte dos bens e custos relacionados será de responsabilidade e ônus do fornecedor.
- viii. O fornecedor do(s) equipamento(s) deverá informar, na proposta, os postos de assistência técnica credenciados e autorizados a prestar o serviço de garantia no local de aquisição do equipamento.
- ix. Todos os drivers dos componentes do equipamento para os sistemas operacionais suportados devem estar disponíveis para download no sítio do fornecedor do equipamento durante todo o período de garantia.

#### 4. ESTRATÉGIA DE CONTRATAÇÃO

4.1 A licitação será processada por meio de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma da lei 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Federal 10.024/2019, tipo **MENOR PREÇO POR GLOBAL POR ITEM**, conforme determina o art. 45, § 1º, I, da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e de Contratos), e modo de disputa **ABERTO E FECHADO**.

4.2 A dotação orçamentária dar-se-á através das contas contábeis:

6.2.2.1.1.02.01.03.002 - Máquinas e Equipamentos;

6.2.2.1.1.02.01.03.006 - Equipamentos de Processamento de Dados.

#### 5. DAS PROPOSTAS

5.1 As propostas deverão ser apresentadas observando as seguintes premissas e conter os elementos abaixo:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- a) Ser digitada ou impressa através de edição eletrônica de textos, em uma via, em papel timbrado da empresa licitante, contendo a razão social, o CNPJ, os números dos telefones e do fax, se houver, e o respectivo endereço com CEP sem emendas, rasuras ou entrelinhas;
- b) Conter preço, observado o detalhamento contido no quadro referencial abaixo, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos, nele incluídas todas as despesas indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto deste edital, durante todo o período de vigência.

#### QUADRO REFERENCIAL PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
1	Desktop	10		
2	Desktop tipo Estação de trabalho	3		
<b>SOMATÓRIO</b>				

- c) Conter prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

5.2 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços respectivos, serem fornecidos ao CREA/AL sem ônus adicionais;

5.3 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas no edital e seus Anexos.

5.4 Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros ou equívocos e omissões havidos nas cotações de preços, serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

de erro para mais e consequente desclassificação, qualquer recurso, nem tampouco, em caso de erro para menos, eximir-se da prestação dos serviços objeto da presente licitação.

5.5 Para as propostas que omitirem o prazo de validade da proposta, fica estabelecido que este prazo será o estipulado na alínea "c" do subitem 5.1. Tal circunstância não enseja desclassificação.

## 6. HABILITAÇÃO

6.1. Para comprovação da habilitação serão exigidos os seguintes documentos:

### 6.1.1. **Habilitação Jurídica:**

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

b.1) A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social ou o Estatuto acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado contemplando as alterações posteriores, se houver;

b) Ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

c.1) Certidão expedida por Órgão de Registro Público comprovando inscrição do ato constitutivo, em caso de sociedades simples;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 6.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- a) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débito relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.
- b) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.
- c) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em cumprimento ao disposto na Lei 12.440/2011.

### 6.3 Qualificação Técnica:

a) Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da **licitante**, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, subentendendo-se desta forma, documentos que comprovem pelo menos o fornecimento de objeto semelhante ou igual, em quantidades de **no mínimo 50%** dos lotes objeto deste TR ao qual a licitante apresentar proposta.

a.1) Será aceito o somatório de atestado(s) e/ou declaração(ões) para comprovar a capacidade técnica.

b) O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ao) se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificada no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

c) O não cumprimento de diligências poderá acarretar a inabilitação do proponente.

### 6.4 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

6.4.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da Empresa, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida com até 30 dias contados da data da sua apresentação;

## 6.5 Documentação Complementar:

- a) Planilha contendo os dados gerais da empresa, conforme modelo constante no anexo I, para os efeitos administrativos necessários: lavratura do contrato, emissão de nota de empenho, pagamentos. **A não entrega da planilha de dados na forma do anexo acima mencionado não implicará a inabilitação da licitante do certame licitatório, devendo, o(a) Pregoeiro(a) conceder prazo para sua apresentação.**
- b) Serão realizadas consultas nos portais de transparência do CNJ, TCU e CGU quanto a existência de fatos impeditivos de contratação.

## 7 DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 O fornecedor para participar deverá apresentar proposta de preços contendo no mínimo as seguintes informações:

- a) Preços unitários e valor global da proposta.
- b) Validade não inferior a 60 (sessenta) dias;
- g) Conta bancária contendo: Banco, Agência e Conta;
- h) CNPJ do Licitante;
- i) Conter assinatura e identificação do responsável pela proposta;

## 8 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- 8.1 Atender as disposições legais e regulamentares, inclusive as orientações determinadas pela CONTRATANTE, pertinentes ao objeto a ser executado, objetivando o fiel cumprimento do contrato, responsabilizando-se pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 8.2 Responsabilizar-se por prejuízo causado diretamente ao patrimônio do CREA/AL ou a terceiros por qualquer de seus empregados, representante ou preposto, decorrente de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo;
- 8.3 Responsabilizar-se por todas as obrigações sociais, trabalhistas, encargos previdenciários, inclusive seguro de acidentes de trabalho ou outro necessário, como também o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir direta ou indiretamente ao CREA/AL ou a terceiros, no exercício de sua atividade;
- 8.4 Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, licenças e registros nos órgãos públicos Municipais, Estaduais ou Federais que se fizerem necessários, devendo apresentar ao CREA/AL as certidões solicitadas.
- 8.5 A Contratada, após formalmente notificada pela CONTRATANTE por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, comprometer-se-á a dentro do prazo de até 10 dias úteis para correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

## **9 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

- 9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega do objeto, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando-os ao Gestor do Contrato de forma a solucionar o ocorrido junto à contratada.
- 9.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo de até 10 dias



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

úteis para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas

9.4 Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição do objeto, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.6 Emitir o empenho na dotação específica;

9.7 Atestar as notas emitidas, quando estas refletirem fielmente os serviços prestados

9.8 Indicar o fiscal do contrato que será encarregado pelo acompanhamento e fiscalização da entrega do objeto.

## 10 FISCALIZAÇÃO

10.1 A execução das obrigações contratuais integrantes desta licitação será fiscalizada pelo FISCAL DO CONTRATO, com autoridade para exercer, como representante da Administração do CREA/AL, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

10.2 O Fiscal do Contrato será designado pela Administração do CREA/AL, bem como seu substituto legal, os quais terão as seguintes atribuições:

- a) Solicitar à Administração, a emissão de nota de empenho para efetivar a contratação;
- b) Fiscalizar a execução do contrato, objetivando garantir a qualidade desejada;
- c) Solicitar à autoridade competente a aplicação de penalidades, por descumprimento de cláusula contratual;
- d) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- e) Atestar e encaminhar notas fiscais ao setor competente para autorizar pagamentos.
- f) A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

10.3 Fica designado como GESTOR DO CONTRATO o Gerente de Tecnologia da Informação, sr Afrânio Bastos de Medeiros Neto e como FISCAL DO CONTRATO o Analista de Tecnologia de Informação o Sr Guilherme Correia Laurindo Martins Vieira.

## 11 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

11.1 Recebimento provisório e definitivo:

- a) Recebimento Provisório: Ocorrerá no ato da entrega do objeto no setor competente, em até 30 dias contados da data de assinatura do contrato, que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do edital e da proposta.
- b) Recebimento Definitivo: Ocorrerá após a verificação da qualidade e quantidade do objeto.

11.1.1 – A CONTRATADA será notificada do Recebimento Provisório do Objeto em até 24hs úteis após a entrega do mesmo.

11.2 Local de entrega do Objeto – O objeto desta contratação deverá ser entregue na Sede da CONTRATANTE, em horário comercial das 08:00 às 14:00, em dias úteis, onde o Objeto será recebido por funcionário da Gerência de Infraestrutura da CONTRATANTE.

11.3 Forma de entrega do Objeto – O objeto deverá ser entregue em caixas próprias da fabricante de cada item, não sendo aceitas embalagens reconcondicionadas e/ou diversas da fabricante. Devendo todas as caixas estarem lacradas. Os itens serão verificados individualmente no ato da entrega quanto à avarias causadas por dano mecânico resultante do processo de transporte entre a CONTRATADA e a sede da CONTRATANTE;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- 11.3.1 Os itens que porventura sejam identificados como avariados/fora da especificação não serão recebidos, ficando a CONTRATADA obrigada a substituir o item avariado em até 10 dias úteis.
- 11.4 Os itens que posteriormente, apresentarem defeito quanto ao funcionamento em até 10 dias depois de recebido o objeto, serão devolvidos à CONTRATADA (onde o ônus da devolução, incluindo frete, deverá ser suportado pela CONTRATADA) e terá um prazo de 10 dias úteis para substituição.
- 11.5 Validade do Objeto - O objeto deverá ter validade mínima igual ao prazo de Garantia de 04 anos.
- 11.6 O prazo fixado no item 11.1, alínea "a", de 30 dias para entrega do objeto poderá, desde que devidamente justificado pela CONTRATADA, ser prorrogado por mais 30 dias mediante aprovação da CONTRATANTE.

## 12 PAGAMENTO

12.1. A contratada deverá emitir nota fiscal refletindo a entrega do objeto em conformidade com este Termo de Referência. O pagamento está diretamente vinculado à correta entrega do Objeto em total conformidade com as quantidades e descrições deste TR.

12.2. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, após o recebimento da nota fiscal atestada pelo Fiscal do Contrato, efetuando a retenção na fonte dos tributos e contribuições, determinada pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a. Nota e/ou Fatura relativa aos serviços prestados;
- b. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida pela Receita Federal do Brasil;
- c. CND – Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência Social emitida pela Receita Federal do Brasil;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- d. CRF – Certificado de Regularidade de FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- e. Prova de regularidade junto a Fazenda Municipal;
- f. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

12.3. A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem anterior, implicará na sua devolução à empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12.4. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a Contratante não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data de pagamento prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, será aquela resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM = Encargos moratórios;**

**N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da parcela a ser paga.**

**I = Índice de atualização financeira = 0,000164384, assim apurado:**

$$I = (TX/100)$$

365

$$I = (6/100)$$

365

**I = 0,000164384**

**TX = Percentual da taxa anual = 6%.**

12.5 A atualização financeira prevista nesta condição será incluída na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

## 13 VIGÊNCIA DO CONTRATO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

13.1 O prazo de vigência dos Contratos será de 12 (doze meses) a contar da data de sua assinatura.

## 14 DOS PREÇOS

14.1 Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

## 15 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

15.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato o CREA/AL deverá, garantida a prévia defesa aplicar à Contratada as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa:

b.1) compensatória no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assinar o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

b.2) moratória no percentual correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor total do objeto contratado, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

15.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 15 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15.4 A sanção estabelecida na alínea "d" do subitem 15 é de competência exclusiva da Presidente do CREA/AL, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

15.5 O valor das multas poderá ser descontado da nota fiscal, da garantia ou do crédito existente em favor do contratado. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

15.6 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

15.7 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Afrânio Bastos de Medeiros Neto

Gerente de Tecnologia da Informação do CREA-AL

Maceió, 11 de Julho de 2022.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## ANEXO II

### PLANILHA DE DADOS PARA PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DE OUTROS ATOS NECESSÁRIOS

#### Dados da Empresa:

Razão Social  
CNPJ  
Endereço  
CEP  
Fones:  
Fax  
E-mail  
Site internet

#### Dados do Representante da Empresa:

Nome  
Cargo  
Nacionalidade  
Estado civil  
Profissão  
Endereço  
CEP  
Fone  
Fax  
E-mail  
Doc. identidade  
Órgão Expedidor  
CPF

#### Dados Bancários da Empresa

Banco  
Agência  
Conta

#### Dados do Contato com a Empresa:

Nome  
Cargo  
Endereço  
CEP  
Fone  
Fax  
E-mail

Empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL?  
( ) Sim                      ( ) Não



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### ANEXO III

#### MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE ALAGOAS E \_\_\_\_\_.

**CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE ALAGOAS – CREA/AL**, Autarquia Federal responsável pela fiscalização do exercício profissional, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.156.592/0001-14, com sede na Rua Dr. Osvaldo Sarmiento, nº 22, Farol, Maceió/Alagoas, CEP: 57.051-510, representado pela sua Presidente, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,

**CONTRATADA:** A empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxx, situada na Rua xxxxxxxxxxxx, nº xxxxx, xxxxxx, xxxxxx, CEP: xxxxxx, Telefone (XX) xxxxxxxx, representada por xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxx e RG nº xxxxxx de acordo com a representação legal que lhe é outorgada.

Os **CONTRATANTES** celebram, por força do presente instrumento, a Lei nº. 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos), o Processo Administrativo nº 2239259/2022, Pregão Eletrônico nº 08/2022, e as demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA

Aquisição de equipamentos de informática (Desktops, monitores, Estações de Trabalho e notebooks conforme detalhamento contido no item 3 deste Termo de Referência) conforme abaixo:

- 10 Desktops (i5, 8gb, SSD);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- 03 Desktops tipo Estação de Trabalho (i7, 16gb, ssd + hd);

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

1.1 O prazo de Vigência deste Contrato é de 12 (doze meses) contados da sua assinatura.

## 3 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O valor total estimado da contratação é de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx, conforme depreende-se da Ata de Sessão Pública existente no processo administrativo nº xxxx/2021 e deve total observância ao quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
1	Desktop	10		
4	Desktop tipo Estação de trabalho	3		
<b>SOMATÓRIO</b>				

3.2 No valor contratual contido no item 3.1 estão inclusos todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais existentes e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado;

3.3 O valor dos serviços para os feriados e pontos facultativos são meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços EFETIVAMENTE prestados à CONTRATANTE.

## 4 CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Crea/AL conforme abaixo:

Elemento de Despesa:

- a. 6.2.2.1.1.02.01.03.002 - Máquinas e Equipamentos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

b. 6.2.2.1.1.02.01.03.006 - Equipamentos de Processamento de Dados.

## 5 CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento da nota fiscal atestada pelo Fiscal do Contrato, efetuando a retenção na fonte dos tributos e contribuições, determinada pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a. Nota e/ou Fatura relativa aos serviços prestados;
- b. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida pela Receita Federal do Brasil;
- c. CND – Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência Social emitida pela Receita Federal do Brasil;
- d. CRF – Certificado de Regularidade de FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- e. Prova de regularidade junto a Fazenda Municipal;
- f. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

5.2 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo funcionário competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Termo.

5.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.4 As certidões elencadas no subitem 4.1, letras “B” a “F” podem eventualmente serem substituídas pela consulta eletrônica do cadastramento da contratada no SICAF e/ou nos sites oficiais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- 5.5 A não apresentação dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista não representam óbice para o pagamento das parcelas efetivamente executadas, contudo, em decorrência da não manutenção das condições de habilitação caracterizar-se-á o inadimplemento do contrato conforme estatuído no art. 55, inciso XIII da Lei Federal nº 8.666/93.
- 5.6 Poderão ocorrer outras retenções ou glosas no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses previstas de descumprimento da execução contratual.
- 5.7 O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, boleto bancário ou por outro meio previsto na legislação vigente;
- 5.8 Será considerado como data do pagamento o dia em que a ordem bancária, efetivamente, constar como entregue à instituição bancária;
- 5.9 A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no respectivo contrato com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Alagoas;
- 5.10 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Licitante Vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, tendo como base a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados pró rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,000164384, assim apurado:

$$I = (TX/100)$$

365

$$I = (6/100)$$

365

I = 0,000164384



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

5.11 A atualização financeira prevista nesta condição será incluída na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

## **6 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1 O prazo de vigência dos Contratos será de 12 (doze meses) contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, enquanto durar a garantia do objeto contratado.

6.2 A renovação do contrato resultante deste processo licitatório, conforme item 5.1, será apenas referente ao serviço de Suporte e Manutenção mensal.

## **7 CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

7.1 O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **8 CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1 A Contratante obriga-se a:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- c) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo de até 10 dias úteis para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- d) Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição do objeto, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- e) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- f) Emitir o empenho na dotação específica;
- g) Atestar as notas emitidas, quando estas refletirem fielmente os serviços prestados
- h) Indicar o fiscal do contrato que será encarregado pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços.

## **9 CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1 A contratada deve executar os serviços em conformidade com a descrição contida no item 3 do Termo de Referência, o qual faz parte do presente instrumento contratual e obriga-se ainda a:

- a. Atender as disposições legais e regulamentares, inclusive as orientações determinadas pela CONTRATANTE, pertinentes ao objeto a ser executado, objetivando o fiel cumprimento do contrato, responsabilizando-se pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b. Responsabilizar-se por prejuízo causado diretamente ao patrimônio do CREA/AL ou a terceiros por qualquer de seus empregados, representante ou preposto, decorrente de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo;
- c. Responsabilizar-se por todas as obrigações sociais, trabalhistas, encargos previdenciários, inclusive seguro de acidentes de trabalho ou outro necessário, como também o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir direta ou indiretamente ao CREA/AL ou a terceiros, no exercício de sua atividade;
- d. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, licenças e registros nos órgãos públicos Municipais, Estaduais ou Federais que se fizerem necessários, devendo apresentar ao CREA/AL as certidões solicitadas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

- e. A Contratada, após formalmente notificada pela CONTRATANTE por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, comprometer-se-á a dentro do prazo de até 10 dias úteis para correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

## 10 CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Os serviços serão acompanhados e fiscalizados por funcionário especialmente designado pela autoridade competente, que terá seu substituto legal, cabendo-lhes as atribuições e responsabilidades do artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, os quais serão auxiliados, ou não, por empresa terceirizada a ser contratada.

10.2 Caberá ao Fiscal do contrato:

- a) Verificar a execução do objeto contratual, visando garantir a qualidade desejada;
- b) Atestar e encaminhar as notas fiscais ao setor competente para autorizar os pagamentos;
- c) Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;
- d) Dar imediata ciência aos seus superiores e ao órgão de controle, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- e) Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato.
- f) Certificar que todos os insumos sejam entregues na forma, prazo, quantidade e qualidade contratados.
- g) Auxiliar a gestão do contrato na aferição dos custos não renováveis por ocasião da renovação dos contratos, bem como nas repactuações do contrato.

10.3 O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura, apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.

10.4 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas pelo fiscal à autoridade competente, para a adoção das medidas que julgar necessárias.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

10.5 A fiscalização será exercida pelo Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos. Ao Contratante se reserva o direito de rejeitar a execução do objeto contratual prestado, se em desacordo com os termos do edital, o qual é parte integrante do presente instrumento contratual.

## 11 CLÁUSULA ONZE – DAS INFRAÇÕES /SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

11.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato o CREA/AL deverá, garantida a prévia defesa aplicar à Contratada as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa:

b.1) compensatória no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assinar o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

b.2) moratória no percentual correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor total do objeto contratado, por dia de inadimplência, até o limite



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

11.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 11.2 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

11.4 A sanção estabelecida na alínea "d" do subitem 11.2 é de competência exclusiva da Presidente do CREA/AL, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

11.5 O valor das multas poderá ser descontado da nota fiscal, da garantia ou do crédito existente em favor do contratado. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

11.6 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## 12 CLÁUSULA DOZE – RESCISÃO

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

12.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital;

12.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

### **13 CLÁUSULA TREZE – ALTERAÇÕES**

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **14 CLÁUSULA QUATORZE – DOS CASOS OMISSOS**

14.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## 15 CLÁUSULA QUINZE – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## 16 CLÁUSULA DEZESSEIS – FORO

16.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Maceió/ Alagoas, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne, para solução de qualquer pendência ou dúvida resultante do presente Contrato

16.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Maceió, ..... de..... de 2022.

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DO CREA/AL

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: